

PRÁTICA ESG

DANIELA CHIARETTI



oglobo.globo.com/economia
daniela.chiaretti@valor.com.br



O ESG entre o fogo e o mercúrio

Trabalhar com temas socioambientais no Brasil de hoje é um exercício diário de escorlha — sobre qual crime se debruchar. Os incêndios no Sul do Pará e no Norte do Mato Grosso desenham sombras nos mapas dos satélites, nuvens de fumaça incomodam populações amazônicas e o que era verde vira cinzas. Vídeos tristíssimos circulam nas redes mostrando o dor de animais selvagens queimados.

A biodiversidade agoniza, e a emissão de gases-estufa aumenta. Para quem enxerga só carbono na floresta, atenção: está se

queimando dinheiro. Pela lei, é crime desde 26 de junho, data do decreto de Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite, onde se diz que está proibido atear fogo em atividades agropastoris e florestas por 120 dias. Mas ninguém parece se importar com isso. Não há quem puna, não se fiscaliza. Torce-se para que brigadistas apaguem os incêndios. Reza-se pela chuva.

As chamas correm sobre crime anterior, que foi desmatar muita Amazônia nos últimos meses, quase tudo ilegalmente. O fogo é usado para limpar o terreno do que sobrou de mata. Depois irão colocar gado. É assim que ocorre a apropriação da terra pública que o Estado brasileiro não foi capaz de destinar — ou seja, definir se aquela região seria território indígena, unidade de conservação, concessão florestal, área urbana ou teria outro fim coletivo e digno que não fosse acabar na mão de grileiros.

A carne pode ir parar em algum frigorífico com práticas ESG e departamentos de rastreabilidade preocupados em definir a origem do produto antes de vender a supermercados brasileiros e compradores internacionais. É uma equação difícil de fechar.

Migrando da terra para os rios amazônicos, outro desastre. O mercúrio lançado

sem o menor cuidado nos garimpos ilegais de ouro na Terra Indígena Yanomami contaminou os peixes de Roraima. Quase não há consumo seguro do pescado, segundo estudo de pesquisadores da Fiocruz, Instituto Evandro Chagas, Universidade Federal de Roraima e Instituto Socioambiental.

Estudo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais com o Ministério Público Federal mostrou que das 158 toneladas de ouro produzidas no País entre janeiro de 2021 a junho de 2022, 30% são ilegais. Cruzaram dados

O fogo é usado para limpar o terreno. Depois irão colocar gado. É assim que ocorre a apropriação da terra pública

o ouro comercializado no Brasil arrecadou R\$ 700 milhões. O cálculo do prejuízo ambiental foi de R\$ 39 bilhões.

O roubo de patrimônio público é escandaloso nos garimpos de ouro que abrem clareiras na floresta. Só cego não vê. Os donos de

garimpo compram balsas, helicópteros, aviões e deslocam um contingente de miseráveis sem outra oportunidade a não ser inalar mercúrio e adoece. São 40 mil garimpeiros no Pará, estima o governador Helder Barbalho. A exploração é quase toda ilegal.

Em encontro recente sobre mineração no Instituto Fernando Henrique Cardoso, Tasso Azevedo, coordenador do MapBio-mas, mostrou que de 1985 a 2020 a área garimpada na Amazônia cresceu 10 vezes. Em 2020, 9,3% da área de garimpos estava dentro de terras indígenas. "Mineração em terra indígena é um drama, um trauma, uma maldição", disse o engenheiro florestal. "Mas se se quisesse resolver, os garimpos estão concentrados em apenas 11 das 500 TIs do País", seguiu.

O mercado começa a se movimentar para suprir a vergonhosa inércia estatal. Quinze joalherias têm se reunido com representantes da mineração legal para comprar deles, diretamente, o ouro que precisam. Há muito o que acertar, mas o pacto está em curso.

Daniela Chiaretti é repórter especial de ambiente do Valor, vencedora do prêmio Eссо de 2011 na categoria Ciência

CADEIA DO ALUMÍNIO É MODELO NO PAÍS

Índice de reciclagem é de quase 100%, com ganhos para quem coleta, transforma e fabrica o metal. Ciclo curto para que latinhas voltem a ser insumo na indústria estimula investimentos e contribui para uma produção mais sustentável

KATIA SIMÕES* E NAIARA BERTÃO
economista@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Enquanto a indústria do plástico busca caminhos para tornar a embalagem menos problemática ao meio ambiente, a do alumínio tornou-se um caso de sucesso envolvendo todos os atores da cadeia, com números vistosos para exibir. No ano passado, por exemplo, o índice de reciclagem de alumínio chegou a 98,7%, o que equivale a 33 bilhões de latas reaproveitadas. E o bom desempenho não vem de hoje. Há dez anos, essa taxa era de 95%.

O presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Lata de Alumínio (Abralatas), Cátulo Cândido, destaca que esta é uma cadeia bem estruturada, com ganhos para quem coleta, quem transforma e para os fabricantes, formando o ciclo completo da economia circular.

— Além do bom valor de revenda em relação a outros materiais, a latinha também é de fácil manuseio e não ocupa tanto espaço, o que facilita que as pessoas que reciclam consigam acumular um volu-



Ciclo. Reciclagem de latas de alumínio em no Rio: tempo entre coleta e retorno à indústria é de 60 dias

me que compense na hora da revenda — diz Anne Caroline, catadora de materiais recicláveis e influenciadora digital.

O alumínio é 100% reciclável e pode ser reciclado infinitamente sem perder suas propriedades. Outra vantagem é o ciclo de consumo. Do momento da coleta até o retorno à indústria como matéria-prima reciclada são apenas 60 dias. Segundo a Abralatas, 75% do aço extraído estão em circulação, uma vez que se trata de um material que pode ser reutilizado inúmeras vezes.

O mercado de reciclagem de alumínio movimentou cerca de R\$ 5 bilhões no país e envolve mais de 800 mil pessoas direta e indiretamente, segundo estimativas.

CHAPAS RECLIDADAS

O Grupo Maeda, com sede em São Paulo, acaba de investir R\$ 1 bilhão na criação de uma unidade dedicada ao processamento do material. Com o investimento, vai sair das atuais 3,5 toneladas por dia e chegar a 20 toneladas diárias até 2023, segundo Leonardo Maeda de Car-

valho, CEO da companhia. Hoje, a empresa beneficia cerca de 800 toneladas de resíduos de plástico, papelão, metais e alumínio por mês, vindos de 54 empresas. Na líder mundial em laminados e reciclagem de alumínio, a Novelis, 76% das chapas produzidas são feitas a partir de alumínio reciclado.

— No fim dos anos 1990, a produção de latas de alumínio era de 8 bilhões de unidades, hoje é de 36 bilhões, crescimento que nos levou a sair de uma produção de 30 mil toneladas de chapas por ano para

uma meta de 750 mil toneladas em 2024 — afirma Beatriz Sobreira, gerente de Sustentabilidade da empresa.

No fim de 2021, a companhia concluiu a rodada de investimentos de R\$ 750 milhões para expansão dos centros de coleta de São Paulo e Salvador. Com isso, ampliou a capacidade de produção de chapas de alumínio para 680 mil toneladas por ano e de reciclagem para 490 mil.

CORTE DE EMISSÕES

A indústria brasileira, porém, ainda se vale de alumínio primário, não reciclado. Mesmo essa atividade, intensiva na produção de CO₂, já corre atrás para diminuir sua pegada de carbono. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, é exemplo de empresa que segue a jornada de descarbonização.

A meta da CBA é reduzir até 40% as emissões de CO₂ até 2030, em comparação a 2019. O desafio está na produção do alumínio. Segundo Leandro Faria, gerente geral de Sustentabilidade da CBA, cerca de 19% das emissões vêm da etapa do refino da bauxita, para transformá-la em óxido de alumínio. Ou-

tros 72% são emitidas na fundição para alumínio líquido.

A empresa investiu para que as caldeiras queimem biomassa ao invés de gás ou óleo. Como resultado, hoje são geradas 2,56 toneladas de CO₂ equivalente por tonelada de alumínio líquido, abaixo da marca de 2020 (2,66 t de CO₂) e bem menor que a média de outras empresas, de 12,8 toneladas de CO₂, segundo o Instituto Internacional de Alumínio. A CBA emitiu títulos de dívida verdes para financiar essas mudanças.

— Trabalhamos em parceria com universidades e startups em busca de tecnologias para diversas formas em nossa operação — diz Faria.

Para fechar o ciclo, o caso de sucesso do alumínio ainda envolve o consumidor. Com sete marcas de bebidas no portfólio, a Better Drinks tem de drinks prontos até vinhos em latas, e mais de 50% das embalagens são de alumínio, de acordo com o cofundador Felipe Spizigel. Há três meses, foi lançada água em lata. A meta da empresa é ter 20 milhões de latas vendidas em 2023 e faturamento de R\$ 1 bilhão em cinco anos.

* Especial para Prática ESG

PRÁTICA CIRCULAR

Eletrônico usado vira matéria-prima

Descarte adequado de smartphones, notebooks e cabos evita que toneladas de material sejam jogadas em aterros

CLÁUDIO MARQUES
Especialista em Prática ESG
economista@oglobo.com.br
SÃO PAULO

O descarte correto de eletrônicos insere na roda da circularidade produtos como celulares, notebooks, tablets, baterias, carregadores, cabos, entre outros. A medida evita que sejam jogados em aterros e promove o reaproveitamento de materiais como metais, vidro, plástico, cobalto, lítio e borracha, entre outros.

Para o descarte ambientalmente correto, há dois caminhos: empresas que recebem os aparelhos e companhias de logística reversa que retiram os equipamentos em casas ou empresas, levando-os para reciclagem. No primeiro caso, estão organizações como a Vivo, que, desde 2006, possui um programa de reciclagem. Suas 1,7 mil lojas espalhadas pelo país recebem o material. No segundo caso, estão empresas como a GM&C, que também

faz a reciclagem, e Reciclo, para citar alguns exemplos.

O passo seguinte rumo à reciclagem é a triagem do material. Aparelhos ou peças que ainda têm condições de uso são reaproveitados ou remontados para a venda. A Vivo explica que os celulares descartados em suas lojas vão para reciclagem — não são reaproveitados, mesmo que ainda tenham condições de uso.

O destino dos aparelhos não reaproveitados é a reci-

O PROCESSO DE REAPROVEITAMENTO



Fontes: Vivo e GM&C

clagem. Nesta etapa, é feita a separação dos materiais que compõem o produto, o que exige tecnologia específica para fazer esse trabalho. Com capacidade para processar 30 mil toneladas por ano, a GM&C faz isso diariamente. O processo consiste em triturar os objetos e depois separar os materiais e componentes.

Separados, eles se tornam matéria-prima para a indústria e, assim, completam o ciclo de circularidade. O cobalto, por exemplo, volta a fazer parte de baterias; metais são aproveitados na siderurgia. Todo material enviado pela Vivo é reciclado. Em 2021, a telefônica destinou 9,2 toneladas de eletrônicos para reciclagem. Para este ano, a meta é 10 toneladas.